Revista Transmutare
ISSN: 2525-6475

https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr

O uso de sinais provisórios na Libras no contexto do ensino superior na área de saúde

Rita de Cássia Maestri
ritamaestri@utfpr.edu.br
https://orcid.org/0000-0001-9362-5883
UTFPR, Curitiba, PR, Brasil

Sílvia Andreis-Witkoski
silviaa@utfpr.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-1196-9426
UTFPR, Curitiba, PR, Brasil

Bruno Pierin Ernsen
brunoernsen87@gmail.com
https://orcid.org/0009-0007-2660-299X
UFBA, Salvador, Bahia, Brasil

Luciana Dantas Ruiz
psicluruiz@gmail.com
https://orcid.org/0009-0004-8353-9964
CECIERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A presença dos surdos no ensino superior na área da saúde começa a se tornar mais significativa somente a partir do Decreto n.º 5.626/2005, que estabeleceu o direito ao intérprete-tradutor (TILS) de Libras, sem ônus para esse alunado. Desta forma, como só os surdos podem criar sinais, e por entrarem tardiamente nos cursos do ensino superior, há poucos sinais nessa área. Assim, a principal estratégia utilizada para suprir um sinal na hora da interpretação, segundo os dados da presente pesquisa, é a soletração manual da palavra correspondente, na maioria das vezes acompanhada da sinalização de seu conceito. Outra prática recorrente depois da soletração é a criação de um sinal provisório para a palavra em questão. Debruçar-se sobre o uso dessas estratégias, em especial da criação desses sinais provisórios, apresentar implicações para a qualidade de interpretação e, por conseguinte, para a aprendizagem desse alunado constitui-se o objetivo fulcral do presente artigo. Para tal optou-se por uma pesquisa quantitativa, utilizando-se como instrumento um questionário bilíngue (Libras/Português), que foi respondido por 48 surdos em formação ou já formados em cursos da área da saúde. Os resultados apontaram para o fato de que a ausência de sinais prejudica o processo de interpretação e que, diante dessa situação, a criação de sinais provisórios é bastante recorrente. Sobre como se dá a criação desses sinais, observou-se o uso preferencial da lógica visual para expressar seu significado, sendo que alguns deles, posteriormente, deixaram de ser provisórios ao serem validados pela comunidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Libras. Sinais provisórios. Surdos. Ensino superior.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida oficialmente como língua por meio da Lei n.º 10.436/2002, que a institui como "a forma de comunicação e expressão [...] de pessoas surdas do Brasil" (BRASIL, 2002). Posteriormente, essa lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.626/2005, que estabeleceu várias prerrogativas a fim viabilizar os direitos linguísticos desses sujeitos. Vale ressaltar, conforme argumenta Quadros (2024, p. 13), que a legitimidade da Libras se dá, para além de seu reconhecimento na legislação brasileira, por ser "[...] uma língua nacional porque é representada por surdos de todo o país. Ela é legitimada, também por meio de suas organizações, como, por exemplo, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis)".

É importante mencionar que, apesar de o Decreto supracitado prever o direito ao aluno surdo, sem ônus, da presença do tradutor-intérprete de Libras (TILS), essa profissão e seu exercício profissional só foram regulamentados na legislação brasileira por meio da Lei n.º 12.319/2010. O reconhecimento da Libras, do direito desse alunado ao TILS, assim como o próprio reconhecimento oficial desse profissional são tão recentes que se constituem em indicadores a explicar tanto a presença ainda inexpressiva de surdos no ensino superior como as dificuldades encontradas em relação à interpretação de uma aula ministrada na língua oral para a língua de sinais.

Nesse sentido, vale destacar que, anteriormente ao Decreto de 2005, o acadêmico surdo só podia contar com a acessibilidade linguística promovida pelo TILS se tivesse condições de pagar por tal serviço. Isso, obviamente, constituiu-se em um fator a limitar a presença desse aluno no ensino superior. Então:

> Como somente os surdos podem criar sinais, em razão de esta ser a sua língua natural, e eles entraram tardiamente nas universidades, muitas áreas do conhecimento acabam por ainda apresentar grandes lacunas de sinais específicos. A criação de novos sinais não é fomentada, na medida em que os surdos não estão inseridos nesses ambientes (ANDREIS-WITKOSKI *et al*, 2021, p. 5).

Diante da ausência de sinais, que repercute na qualidade de interpretação, uma das estratégias adotada é soletrar a palavra que não tem sinal, por meio do Alfabeto Manual da Libras, e, na sequência, caso o acadêmico não saiba seu significado, explicar o seu conceito em Língua de Sinais. A outra indicação é após a soletração:

> Muitas vezes os surdos combinam com o intérprete de língua de sinais o sinal provisório para nome dos teóricos e ainda para termos técnico/acadêmicos. O sinal provisório é criado em situações de urgência (ROSA; PONTIN, 2012, p. 14).

Debruçar-se sobre o uso dessas estratégias, em especial da criação desses sinais provisórios, apresentar as implicações para a qualidade de

interpretação e, por conseguinte, para a aprendizagem desse alunado constitui-se o objetivo fulcral do presente artigo. Para tal, realizou-se uma pesquisa quantitativa com surdos formados ou em formação da área de saúde, para compreender como se estabeleceu o processo de tradução pelo TILS nas situações em que faltavam sinais e as implicações dessa ausência no processo. Os dados foram coletados a partir de dezembro de 2023 até março de 2024, por meio das respostas obtidas em um questionário bilíngue (Libras/Português), encaminhado ao grupo de surdos da área da saúde do WhatsApp: Saúde e raiz da Libras.

A escolha da área da saúde decorreu do fato de que essa área de formação apresenta um amplo leque de terminologias específicas. No entanto, devido à presença tardia de surdos em alguns cursos de ensino superior, há grandes lacunas de sinais, tendo em vista que só os surdos podem criá-los, como já referido. A ausência de sinais nos cursos da área de saúde é significativamente menor, se comparada com outras áreas do conhecimento, como dos cursos de Pedagogia ou Letras/Libras, que já há bastante tempo contam com um número considerável desse alunado.

SOBRE O USO DOS SINAIS PROVISÓRIOS

É interessante mencionar que, para além do recente reconhecimento da Libras como língua (BRASIL, 2002), da aprovação da prerrogativa que prevê que os surdos têm direito ao TILS sem ônus (BRASIL, 2005) nas instituições de ensino e da própria regulamentação desse profissional (BRASIL, 2010), esses sujeitos enfrentam desafios maiores para serem aprovados nos processos seletivos das universidades que os ouvintes, na medida em que são obrigados a realizar as provas do vestibular em sua segunda língua; isto é: o português.

Nesse sentido, vale destacar que somente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é que os surdos podem contar com a possibilidade de realizar a prova em sua primeira língua; isto é: Libras. Entretanto, este recurso, da videoprova em Libras, só passou a ser ofertado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a partir do ano de 2017. Dessa forma, os fatores alocados, indubitavelmente, explicitam algumas das razões pelas quais ainda há poucos acadêmicos surdos no ensino superior, particularmente em algumas áreas mais concorridas, como as da saúde. Por conseguinte, explica-se a ausência maior de sinais específicos, já que a criação de sinais se dá pela demanda, especialmente pela que ocorre diante da presença desse alunado nos cursos dentro das instituições de ensino superior.

Diante da falta de sinais, para manter a interpretação de uma aula o TILS costuma fazer uso de algumas estratégias, como “fazer a datilologia, que é soletrar palavras no alfabeto manual da Libras, explicar os sentidos e significados no momento da interpretação, combinar os sinais que serão utilizados com os Surdos para que a interpretação transcorra mais rápido [...]” (ALFAIA, 2019, p. 32). Esses sinais combinados, os sinais provisórios, são utilizados em situações de emergência, conforme destacado por Rosa e Pontin (2012).

O uso desses sinais provisórios também é apontado por Marinho (2016),

em pesquisa sobre a atuação tradutores-intérpretes no Instituto Federal da Bahia, na qual o pesquisador obteve a resposta de que 45% realizavam exatamente a mesma estratégia referida por Alfaia (2019), isto é, soletravam a palavra, explicavam o conceito, e se estabelecia um sinal provisório. Enquanto, na mesma pesquisa, outros 36% apenas soletravam e explicavam a palavra, os demais, 18%, usavam outras estratégias de interpretação que não foram explicitadas.

Faz-se fulcral apontar que a ausência de sinais prejudica o processo de aprendizagem desse alunado, na medida em que – enquanto está sendo soletrada uma palavra, sinalizado o seu conceito e, em muitos casos, combinado um sinal provisório entre o acadêmico surdo e o TILS – a aula segue o seu ritmo. Desse modo, muito provavelmente esses discentes terão perda de conteúdo, já que a interpretação deixa de ser simultânea, pois foi necessário gastar tempo, estabelecendo-se uma estratégia de interpretação diante de uma palavra que não tem sinal.

Outro fator relevante que mostra o impacto que a ausência de sinais incorre é apontado por Moreira (2020), ao explicar que os sinais expressam seus respectivos conceitos, o que se constitui em um elemento facilitador na compreensão pelos surdos, em decorrência de seus aspectos visuais. Desta feita, entende-se a existência de tais sinais favorece a aprendizagem desse alunado, facilitando o processo de explicação do professor e, por conseguinte, implicando diretamente uma melhor qualidade de interpretação realizada pelos TILS.

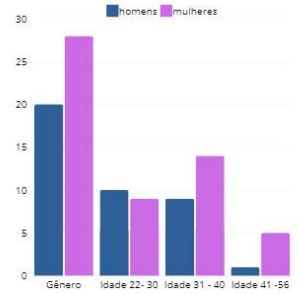
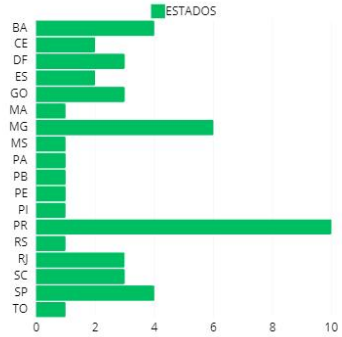
Ao considerar todos os aspectos referidos, entende-se ser fundamental debruçar-se sobre o impacto que a ausência de sinais pode ocasionar na aprendizagem do acadêmico surdo, assim como esmiuçar as estratégias de interpretação utilizadas, em especial a criação de sinais provisórios, visto ser uma prática recorrente. Ainda, este artigo busca elucidar os resultados que tais estratégias de intepretação produzem, segundo os próprios surdos, por meio de uma pesquisa quantitativa realizada com surdos formados ou em formação na área da saúde.

PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A fim de alcançar os objetivos traçados, os autores deste artigo, todos surdos, optaram por realizar uma pesquisa quantitativa, coletando os dados por meio de um questionário bilíngue (Libras/Língua Portuguesa), produzido por eles, salvo no Google Forms. O *link* com as questões foi disponibilizado no grupo do WhatsApp: Saúde e raiz da Libras, em dezembro de 2023, ficando aberto para respostas até março de 2024. Esse grupo foi criado em 2018, com o objetivo de compartilhar informações entre os surdos formados ou em formação em cursos da área da saúde. Nele são discutidos, somente em Libras, os mais diversos temas que envolvem desde questões relativas à formação até o compartilhamento de novos sinais específicos da área que são criados pelos surdos.

Na data de fechamento do formulário para respostas, o grupo referido continha 121 membros, sendo que, destes, 48 responderam de forma voluntária ao questionário. A seguir, apresentam-se o perfil de gênero, a idade e o estado

em que residem:

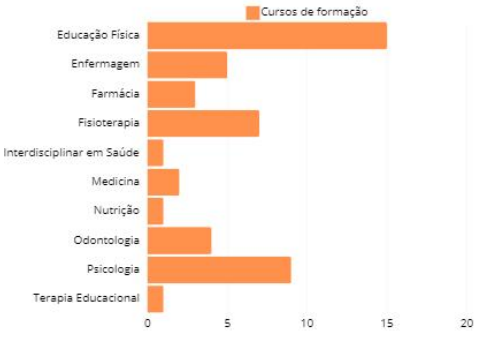
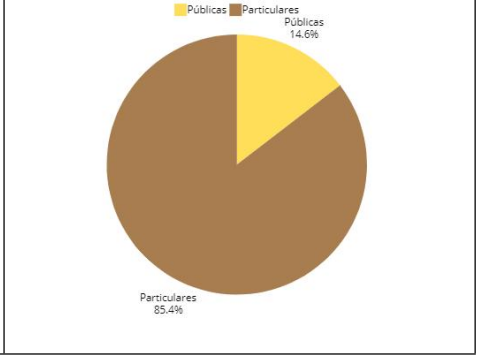
Gráfico 1: Participantes da pesquisa agrupados por gênero e idade.	**Gráfico 2:** Local de residência dos participantes da pesquisa.
	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme os dados apresentados no gráfico 1, verifica-se que um número maior de mulheres (28) participaram da pesquisa em relação ao número de homens (20). Observa-se, inclusive, que nove delas estão na faixa etária 22 a 30 anos, outras 14 têm de 30 a 40 anos e somente cinco estão no intervalo de 41 a 56 anos. Quanto aos participantes homens, constata-se que na primeira faixa etária foram dez, na segunda, nove e na terceira somente um.

No gráfico 2, é possível verificar que os membros do grupo Saúde e raiz da Libras residem em 18 estados brasileiros, sendo que o maior número de respostas obtidas foi de quem mora no Paraná (10), em seguida, Minas Gerais (6). Ao considerar que o Brasil tem 26 estados, mais o Distrito Federal, perspectivando que os que responderam são de 18 diferentes estados, considera-se esta amostra bastante abrangente no que se refere a constituir-se em uma representação nacional dos surdos formados ou em formação na área da saúde.

Na sequência apresenta-se, por meio do gráfico 3, a lista de cursos na área de saúde em que os sujeitos da pesquisa são formados ou estão cursando, com a respectiva quantidade em cada um deles. Já no gráfico 4 apresenta-se quantativamente quantos se graduaram ou ainda estão estudando em instituições públicas e privadas.

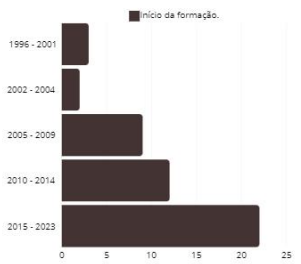
Gráfico 3: Lista de cursos na área da saúde em que os surdos são formados ou que estão cursando.	**Gráfico 4**: Tipo de instituição em que se formaram ou estão estudando em cursos na área da saúde.
	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados no gráfico 3 apontam para o fato de que o curso que tem maior número de surdos é o da Educação Física, com 15 sujeitos, seguido de Psicologia, com nove. Já o gráfico 4 apresenta uma realidade que precisa ser discutida, uma vez que, majoritariamente, a formação desses sujeitos é adquirida em instituições particulares. Ao considerar-se que, de um universo de 48 sujeitos, somente sete frequentam ou frequentaram instituições de ensino público, esse é um dado que traz à tona a complexidade que é para os surdos conseguirem ser aprovados nos processos seletivos existentes.

Nesse sentido, reitera-se a questão de que a única prova que lhes é ofertada com a possibilidade de realizá-la em sua primeira lingua, isto é, em Libras, é a do Enem, sendo que essa acessibilidade linguística passou a ser realidade somente a partir de 2017, conforme já referido. Em todas as instituições de ensino superior, as provas dos vestibulares são somente em Português, o que provavelmente se constitui em um dos fatores a explicar a dificuldade de ingressarem em instituições públicas, na medida em que essa é a segunda língua deles. Ainda, considerando que essas instituições são mais concorridas que as privadas, a chance de aprovação desses sujeitos nas instituições públicas é menor que a dos ouvintes, que as realizam em sua primeira língua. A exceção a essa realidade são as provas de vestibular para o curso Letras-Libras, aplicadas em Língua de Sinais. No entanto, isso não influencia nos dados obtidos na presente pesquisa porque os sujeitos desse curso de graduação são somentes os que estudam ou já se formaram em cursos na área da saúde.

A seguir, são apresentados outros dois gráficos. O gráfico 5 traz informações sobre o período em que os participantes da pesquisa iniciaram sua formação na área da saúde, enquanto o de número 6 apresenta quantos contaram com a acessibilidade linguística do TILS em todas as disciplinas, somente em algumas, ou se não foi ofertado em nenhuma delas.

Gráfico 5: Participantes da pesquisa agrupados pelo período em que iniciaram a formação na área da saúde.	**Gráfico 6:** Participantes da pesquisa agrupados de acordo com a presença do TILS em todas as disciplinas, em somente algumas e os que não tiveram esse auxílio em nenhuma.
	

Fonte: Elaborado pelos autores.

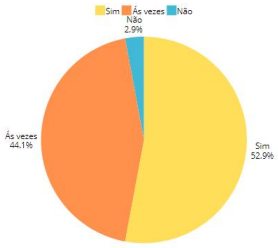
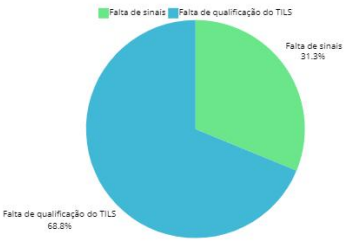
De acordo com o gráfico 5, verifica-se que somente três participantes da pesquisa iniciaram seus estudos em cursos na área da saúde entre o período de 1996 a 2001, que antecede a aprovação da Lei n.º 10.436/2002, a qual reconhece a Libras como meio de expressão e comunicação das pessoas surdas

brasileiras. De 2002 até 2004, só outros dois ingressaram nesses cursos, período anterior à aprovação do Decreto n.º 5.626/2005, que estabelece diversas prerrogativas na área da educação de surdos, entre elas o direito ao TILS, sem ônus, para eles. Tal fato sugere que, apesar do reconhecimento da Libras como língua das pessoas surdas, enquanto não tinha sido aprovado o decreto supracitado, a entrada desse alunado permaneceu insignificante, possivelmente por não terem ainda o direito ao TILS sem ônus, assegurado pela legislação.

Contudo, entre 2005 a 2009 percebe-se um aumento no número de surdos que ingressaram no ensino superior na área da saúde, ao contabilizarem-se mais nove acadêmicos. Posterior à regulamentação da profissão de tradutor-intérprete de Língua de Sinais, por meio da Lei n.º 12.319/2010, no período de 2010 a 2015 mais 12 sujeitos iniciaram a graduação, o que se constitui em uma maior presença destes no espaço universitário. Entre 2015 a 2023, teve um aumento ainda mais significativo ao ingressarem outros 22 surdos em diferentes instituições de ensino. Tais dados apontam para importância da legislação na área da educação de surdos, em especial a que determina a presença do TILS em sala de aula e da própria regulamentação desse profissional. São fatores que, provavelmente, impulsionaram maior presença desse alunado no ensino superior.

Porém, é importante considerar que, apesar dos direitos linguísticos previstos na legislação, ainda pemaneceu um descompasso entre o que, *a priori*, deveria ser assegurado em relação aos seus direitos linguísticos. Nesse sentido, resgata-se que, dos 48 participantes da pesquisa, cinco ingressaram até 2004 e 43 iniciaram sua formação a partir de 2005, quando, por lei, já deveria garantir o direito ao intérprete em sala de aula. Porém, mesmo assim, de acordo com os dados apresentados no gráfico 6, 14 responderam que não tiveram TILS em nenhuma disciplina. Desses 14, subtraindo-se os cinco sujeitos que ingressaram antes da aprovação do referido decreto de 2005, ainda assim há nove sujeitos que não tiveram seus direitos linguísticos contemplados após a sua regulamentação. Outrossim, ao considerar que outros seis responderam que somente em algumas disciplinas foi assegurado o direito ao TILS, vê-se uma lentidão na implementação desse profissional em sala de aula.

Outro ponto fulcral que precisa ser problematizado é que a presença do TILS em sala de aula não se constitui sumariamente em sinônimo de garantia plena de acessibilidade línguística. Isso porque nem sempre esse profissional consegue interpretar todo o conteúdo, conforme apontado pelos sujeitos da pesquisa no gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 7: Porcentagem de TILS que conseguem interpretar o conteúdo de todas as disciplinas na área da saúde, segundo os surdos.	**Gráfico 8**: Motivo pelos quais não conseguiam ou somente às vezes conseguiam interpretar todo o conteúdo, de acordo com a opinião dos surdos.
	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nessa perspectiva, conforme pode observado no gráfico 7, apesar de 52,9% opinarem que o TILS consegue interpretar todo o conteúdo de todas as disciplinas na área de saúde, tem-se um percentual alarmante de 44,1%, que consideram que somente às vezes ele consegue interpretar, e, ainda, 2,9% afirmam que este não é capaz de fazê-lo. Segundo os próprios surdos, de acordo com os dados apresentados no gráfico 8, 68,8% atribuem essa dificuldade como decorrente da falta de qualificação dos TILS, enquanto 31,3% alegam ser em função da falta de sinais na área da saúde.

A respeito da formação e das competências que o TILS deve ter, "de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares" (BRASIL, 2010), ao compará-las com os dados da presente pesquisa, parece haver um descompasso do que é previsto na legislação e a real capacidade desse profissional de interpretar todos os conteúdos na área da saúde, deixando transparecer a existência de falha em seu processo de formação, conforme apontado pelos surdos. Nesse sentido, concorda-se com Alfaia (2019), a qual afirma que este profissional "labora em contextos, áreas e níveis muito variados, dada a sua formação genérica: intérprete de tudo" (ALFAIA, 2019, p. 22).

Diante dessa problemática, faz-se urgente rever o processo de formação dos TILS que atuam na área da saúde. Sendo assim, compartilha-se o pensamento de Harrison e Nasasato que, a partir da pesquisa de Pereira (2014), defendem uma

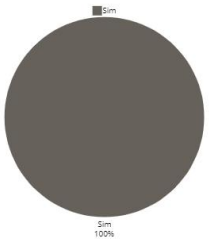
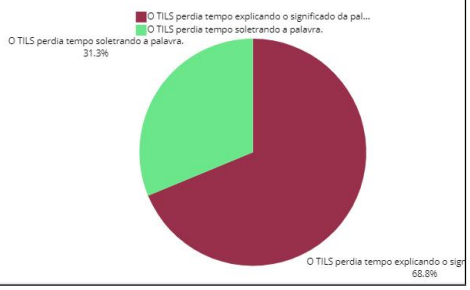
> [...] formação específica complementar quando desejar atuar na área da saúde: conhecer termos, procedimentos, doenças, remédios e outras questões que não devem ser aprendidas na prática, mas, sim, em cursos próprios para tradução/interpretação, haja vista a diversidade de áreas e de termos desconhecidos ou com sentidos normalmente utilizados na área da saúde (PEREIRA, 2014: 120-121 *apud* HARRISON; NASASATO, 2024, p. 85).

Reitera-se a necessidade da formação referida também em razão da ausência significativa de sinais na área da saúde, conforme referido. Sendo assim, entre as estratégias utilizadas diante dessas lacunas, constumeiramente o intérprete soletra a palavra e sinaliza o seu conceito. Se o profissional não tiver conhecimento do conceito abordado, cria-se uma situação em que se inviabiliza

a possibilidade de seu entendimento pelo acadêmico surdo.

Desta forma, os dados dos gráficos 8 e 9 reforçam a necessidade de uma melhor formação dos TILS na área da saúde, assim como da criação de sinais específicos nessa área. Isso porque, conforme apontado no gráfico 8, além da falta de qualificação apontada pelos surdos, outros 31,3% dos acadêmicos atribuem a falta de sinais à dificuldade desse profissional em realizar uma interpretação plena. Nesse sentido, é importante mencionar que, em decorrência dessa falta de sinais, há uma carência de glossários de sinais na área. Essa "falta de materiais para realizar um estudo prévio é uma das dificuldades com que os intérpretes se deparam" (ALFAIA, 2019, p. 34), que, por conseguinte, se reflete na qualidade de interpretação.

O gráfico 9 mostra o quanto é prejudicial a ausência de sinais, segundo os surdos. No de número 10, no qual se explicita o por que, diante dessa lacuna, o uso da estratégia da soletração prejudica o processo de aprendizagem desses sujeitos.

Gráfico 9: De acordo com os surdos, a âusencia de sinais atrapalhava ou não a qualidade de aprendizagem.	**Gráfico 10:** Porcentagem de surdos que atribuem à perda de tempo ao explicar o significado da palavra que não tem sinal, e a porcentagem que atribuem ao uso da soletração, como fatores que prejudicam a aprendizagem.
	

Fonte: Elaborado pelos autores.

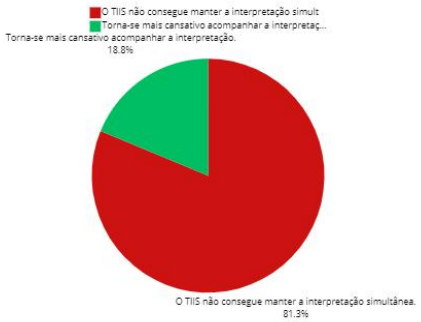
De acordo com os dados (gráfico 9), vê-se que 100% dos acadêmicos afirmam que a ausência de sinais atrapalha o processo de aprendizagem, o que reitera o argumento já referido de Moreira (2020), acerca da importância dos sinais para expressarem seus respectivos conceitos, constituindo-se em facilitadores para a aprendizagem. Inclusive, a ausência dos sinais, segundo os dados apresentados no gráfico 10, demonstra que o uso da estratégia de soletração implica prejuizo também pelo fato de que 31,3% dos TILS perdem tempo na soletração da palavra, enquanto outros 68,8% atribuem o prejuízo na aprendizagem pelo fato de esse profissional perder tempo explicando o significado da palavra soletrada.

Ainda, sobre os dados apresentados no gráfico 10 é importante o fato de que entre as estratégias de interpretação utilizada diante de palavras que não têm sinal, o uso da soletração é unânime. Entretanto, de acordo com 31,3% dos sujeitos, essa não é seguida da explicação de seu conceito na Libras, na medida em que alegam perda de tempo apenas em decorrência do uso da soletração. A opção pela soletração sem perda de tempo, com a explicação sinalizada de seu

conceito, sugere duas situações: 1 – de que o acadêmico já conhecia o conceito da palavra que não tem sinal; 2 – que a explicação de seu conceito não foi sinalizada, talvez por desconhecimento pelo TILS, o que retorna à questão do déficit de formação desses profissionais na área da saúde, conforme já detalhado.

O gráfico seguinte apresenta a porcentagem de sujeitos que atribuiu o uso da soletração como fator que atrapalha o TILS a manter simultaneidade da interpretação e a porcentagem dos que consideram a prática cansativa, dificultando seu acompanhamento.

Gráfico 11: Motivo pelo qual, para os surdos, o uso da soletração atrapalha a aprendizagem.

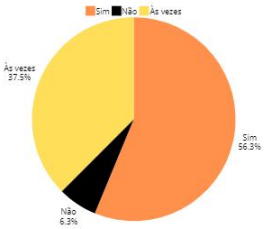
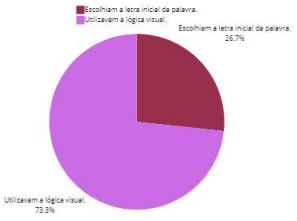


Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme os dados apresentados no gráfico 11, verifica-se que 81,3% dos acadêmicos apontaram a perda da capacidade de manter a interpretação simultânea como o principal prejuízo ao uso da soletração. Nesse sentido, reforça-se que, ao perder tempo com a soletração, perde-se a simultaneidade de interpretação, o que repercute também em perda de conteúdo. Isso ocorre porque, enquanto o TILS está soletrando a palavra, o professor continua com sua explanação. Logo, esse profissional, ao retornar à interpretação, acaba tendo de suprimir ou resumir o que foi ensinado nesse tempo, incorrendo em perda de conteúdo para o acadêmico surdo. É plausível considerar que essa perda ainda é maior se, além da soletração, gastar-se tempo explicando o conceito, o que repercutirá um prazo ainda maior em que o TILS não conseguirá manter a simultaneidade de interpretação da aula e, por conseguinte, ocasionará maior perda de conteúdos para esse alunado.

É relevante mencionar, também, o fato de que 18,8% consideram cansativo fazer a leitura das palavras soletradas recorrentemente, o que atrapalha a apredizagem porque a Libras é uma língua visual e exige permanente atenção visual. Nesse sentido, se essas palavras soletradas tivessem sinal haveria menos desgaste do aluno surdo e, portanto, acompanharia, de forma mais satisfatória, a interpretação da aula.

Diante dessa situação em que não há sinais, conforme referido, entre as estratégias utilizadas tem-se a criação de um sinal provisório. Na sequência, no gráfico 12, apresenta-se a porcentagem de sujeitos surdos que optaram por combinar esse sinal com o TILS durante o processo de interpretação. O gráfico 13 exibe qual a principal característica adotada na criação do sinal provisório:

Gráfico 12: Diante da ausência de um sinal, apresenta-se a porcentagem que combinava um sinal provisório com o TILS.	**Gráfico 13:** Característica principal adotada para a criação do sinal provisório pelo acadêmico surdo.
	

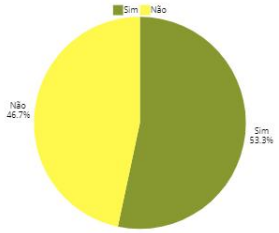
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com os dados, observa-se que 56,6% dos acadêmicos fazem uso da estratégia de combinar um sinal provisório, sendo que outros 37,3% também o combinam, às vezes; apenas 6,3% alegam não criá-los. Esses dados reforçam a importância dos sinais, visto que, ao estabelecer um sinal provisório para a palavra que não tem sinal, quando esta é referida novamente durante a aula, o TILS não precisará soletrá-la outra vez, pois fará uso do sinal combinado entre eles, facilitando a interpretação e, consequentemente, o processo de aprendizagem dos acadêmicos.

Observa-se que 73,3% dos surdos afirmam utilizar a lógica visual para a criação de sinais, sendo que apenas 26,7% utilizam a primeira letra da palavra que não tem sinal. Esse dado corrobora a afirmativa de que a "principal forma de criação [de sinais] é a associação à imagem do objeto, palavra ou ao que for. A imagem, o visual, é imprescindível ao surdo e à língua de sinais" (ROSA; POTIN, 2012, p. 3).

Sobre os 26,7% que utilizaram a letra inicial para estabelecer um sinal provisório, acredita-se que tal escolha possa ter sido efetivada mais com o intuito de acelerar a interpretação, não querendo perder a simultaneidade da interpretação do conteúdo com o tempo que ele, o surdo, demora para criar um sinal provisório, respeitando a lógica visual, na medida em que o sinal precisa expressar o seu conceito. Por isso, apenas combinaram o uso da primeira letra para se referir a ela e suprir momentaneamente a lacuna.

Nos gráficos a seguir, apresenta-se a porcentagem relativa aos sinais provisórios combinados, os quais se tornaram posteriormente sinais oficiais, e a forma com que foram validados.

Gráfico 15: Porcentagem de sinais provisórios, criados pelos acadêmicos surdos, que, posteriormente, tornaram-se sinais na Libras.	**Gráfico 16:** Forma de validação dos sinais provisórios que se tornaram sinais na Libras, de acordo os sujeitos da pesquisa.
	

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 15, vê-se que 53% desses sinais provisórios tornaram-se posteriormente sinais oficiais na Libras. Isso reforça a questão de que os sinais são criados por demanda e o quanto se faz significativa a presença desses sujeitos dentro das instituições de ensino superior para a criação de sinais.

Sobre a forma como são validados, 75% afirmam que esta se deu pelo compartilhamento em grupos de criação de sinais na área da saúde, enquanto outros 25% destacam que a validação ocorreu pelo seu uso em diversos eventos na comunidade surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados da presente pesquisa, vislumbrou-se que presença dos surdos no ensino superior nos cursos da área da saúde começou a se tornar mais significativa somente a partir do Decreto n.º 5.626/2005, que estabeleceu o direito ao TILS de Libras, sem ônus para alunado. Desta forma, considerando que só os surdos podem criar sinais, há uma lacuna de sinais nessa área que, segundo os surdos, repercute negativamente no processo de aprendizagem. Isso ocorre porque, conforme Moreira (2020), os sinais são facilitadores visuais expressivos da compreensão de seus conceitos e, portanto, quando há ausência de sinais, os surdos não podem contar com esse fator para otimizar o seu processo de aprendizagem.

Diante da ausência de um sinal no momento da interpretação, faz-se necessário utilizar estratégias para, momentaneamente, suprir tal falta. A principal estratégia utilizada, segundo os dados da presente pesquisa, é a soletração manual da palavra que não tem sinal, na maioria das vezes acompanhada da sinalização de seu conceito. Outra prática recorrente depois da soletração é a criação de um sinal provisório para a palavra em questão.

A criação dos sinais provisórios constitui-se uma estratégia importante, na medida em que da próxima vez que a palavra – que até então não tinha sinal – for mencionada ela não será novamente soletrada, mas, sim, utilizado o sinal

combinado. Desta forma, evita-se o uso recorrente da soletração que, segundo os dados da pesquisa, prejudica o processo de aprendizagem, principalmente porque o tempo perdido para a soletração implica, também, perda de conteúdo da aula, visto que prejudica momentaneamente a interpretação simultânea da explanação do professor. Obviamente, essa perda ainda é maior quando, além de soletrar a palavra, o TILS precisa explicar o conceito.

Sobre como se dá a criação desses sinais, observou-se o uso preferencial da lógica visual para expressar seu significado. Quanto aos sinais criados, comprovou-se, posteriormente, que alguns deixaram de ser provisórios ao serem validados pela comunidade surda.

The use of provisional signs in Libras in the context of higher education in the health area

ABSTRACT

The presence of deaf people in higher education in the health sector began to become more significant only after Decree No. 5,626/2005, which established the right to a Libras interpreter-translator (TILS), at no cost to these students. Therefore, as only deaf people can create signs, and because they enter higher education courses late, there are few signs in this area. Thus, the main strategy used to provide a signal at the time of interpretation, according to the data from this research, is the manual spelling of the corresponding word, most of the time accompanied by the signaling of its concept. Another recurring practice after spelling is the creation of a provisional sign for the word in question. Focusing on the use of these strategies, especially the creation of these provisional signs, presenting implications for the quality of interpretation and, therefore, for the learning of these students, is the main objective of this article. To this end, a quantitative research was chosen, using a bilingual questionnaire (Libras/Portuguese) as an instrument, which was answered by 48 deaf people in training or already trained in courses in the health area. The results pointed to the fact that the absence of signs impairs the interpretation process and that, given this situation, the creation of provisional signs is quite recurrent. Regarding how these signs are created, the preferential use of visual logic was observed to express their meaning, with some of them later no longer being provisional when validated by the deaf community.

KEYWORDS: Libras. Temporay signs. Deaf. University education.

El uso de signos provisionales en Libras en el contexto de la educación superior en el área de la salud

RESUMEN

La presencia de personas sordas en la educación superior del sector salud comenzó a ser más significativa sólo después del Decreto nº 5.626/2005, que estableció el derecho a un intérprete-traductor Libras (TILS), sin costo para estos estudiantes. Por lo tanto, como sólo las personas sordas pueden crear signos y porque ingresan tarde a los estudios de educación superior, hay pocos signos en este ámbito. Así, la principal estrategia utilizada para dar una señal al momento de la interpretación, según los datos de esta investigación, es la deletreo manual de la palabra correspondiente, la mayoría de las veces acompañada de la señalización de su concepto. Otra práctica recurrente tras la ortografía es la creación de un signo provisional para la palabra en cuestión. Centrarse en el uso de estas estrategias, especialmente la creación de estos signos provisionales, que presentan implicaciones para la calidad de la interpretación y, por tanto, para el aprendizaje de estos estudiantes, es el principal objetivo de este artículo. Para ello, se optó por una investigación cuantitativa, utilizando como instrumento un cuestionario bilingüe (Libras/Portugués), que fue respondido por 48 personas sordas en formación o ya formadas en cursos del área de la salud. Los resultados apuntaron que la ausencia de signos perjudica el proceso de interpretación y que, dada esta situación, la creación de signos provisionales es bastante recurrente. Respecto a cómo se crean estos signos, se observó el uso preferencial de la lógica visual para expresar su significado, algunos de ellos luego dejaron de ser provisionales al ser validados por la comunidad sorda.

PALABRAS CLAVE: Libras. Señales temporales. Sordo. Enseñanza superior.

REFERÊNCIAS

ALFAIA, A. C. O intérprete de Libras/Português (TILSP) como pesquisador orgânico da terminologia: proposta de glossário de sinais termos da economia. **Dissertação** (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p. 152. Disponível em: https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/195. Acesso em: 18 mar. 2024.

ANDREIS-WITKOSKI, S. *et al*. Do reconhecimento da Libras à compreensão do processo de criação de novos sinais na área da tecnologia. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 6, e2114840, p. 1-13, 2021. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/14840. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.319, de 1.º de dezembro de 2025. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 5.296, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da União,** Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

MARINHO, Erivaldo de Jesus. A atuação do tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Português (TILSP) na educação profissional: estratégias de tradução e a criação de sinais-termo. 2016. 157 f. **Dissertação** (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26646. Acesso em: 9 abr. 2024.

MOREIRA, O uso de sinais-termo como ferramenta conceitual na discussão das estruturas sintáticas para o ensino de bilinguismo para surdos. **The Especialist**, v. 41, n. 1, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42512. Acesso em: 9 abr. 2024.

PEREIRA, P. C. de A. Tradutores-intérpretes de Libras: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas. São Paulo, 2014, 153 (**Tese de doutorado**) – FSP-USP *apud* HARRISON, K.; NAKASATO, R. O intérprete de Libras em Educação e Saúde. *In*: MOURA, C.: BEGROW, D. DE V. **Libras e surdos**: políticas, linguagem e inclusão. São Paulo: Contexto, 2024, p. 79-90.

QUADROS, R. M. de. Políticas linguísticas e a Libras. In: MOURA, C.: BEGROW, D.

DE V. **Libras e surdos**: políticas, linguagem e inclusão. São Paulo: Contexto, 2024, p.13-26.

ROSA, E. F.; PONTIN, B. R. Neologismo na Libras. *In*: **I Encontro Nacional de LIBRAS no RS**, 2012, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, v. 1. p. 1-15. Disponível em: https://editora.pucrs.br/anais/encontro-nacional-libras/assets/2.pdf Acesso em: 19 mar. 2024.

Recebido: 23 abr 2024
Aprovado: 09 jun. 2024
DOI: 10.3895/rtr.v9n0.18388
Como Citar: MAESTRI, R. C. *et al*. O uso de sinais provisórios na Libras no contexto do ensino superior na área de saúde. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, e18388, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>. Acesso em: XXX.

Correspondência:
Rita de Cássia Maestri
ritamaestri@utfpr.edu.br

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.